ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 830

O IDOSO BRASILEIRO NO MERCADO DE TRABALHO*

Ana Amélia Camarano**

Rio de Janeiro, outubro de 2001

* A autora agradece a colaboração de Ana Roberta Pati Pascom e Solange Kanso El Ghaouri nas tabulações dos microdados das PNADs e na elaboração de gráficos e tabelas aqui apresentados

** Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.
aac@ipea.gov.br

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Martus Tavares - Ministro
Guilherme Dias - Secretário Executivo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente
Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete
Luis Fernando de Lara Resende

DIRETORIA

Eustáquio José Reis
Gustavo Maia Gomes
Hubimaier Cantuária Santiago
Luís Fernando Tironi
Murilo Lôbo
Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

Texto para Discussão tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 130 exemplares

DIVISÃO EDITORIAL

Supervisão Editorial: Helena Rodarte Costa Valente
Revisão: Alessandra Senna Volkert (estagiária), André Pinheiro, Elisabete de Carvalho Soares, Lucia Duarte Moreira, Luiz Carlos Palhares e Miriam Nunes da Fonseca
Editoração: Carlos Henrique Santos Vianna, Rafael Luzente de Lima, Roberto das Chagas Campos e Ruy Azeredo de Menezes (estagiário)
Divulgação: Libanete de Souza Rodrigues e Raul José Cordeiro Lemos
Reprodução Gráfica: Cláudio de Souza e Edson Soares

Rio de Janeiro - RJ

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar - CEP 20020-010
Tels.: (0xx21) 3804-8116 / 8118 – Fax: (0xx21) 2220-5533
Caixa Postal: 2672 – E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília - DF

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10º andar - CEP 70076-900
Tels.: (0xx61) 3315-5336 / 5439 – Fax: (0xx61) 315-5314
Caixa Postal: 03784 – E-mail: editbsb@ipea.gov.br

Home page: **http://www.ipea.gov.br**

ISSN 1415-4765

© IPEA, 2000
É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO 1

2 - PARTICIPAÇÃO DO IDOSO BRASILEIRO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS 1

2.1 - Taxas de Atividade 1
2.2 - A Participação por Idade.....3
2.3 - O Idoso Aposentado que Trabalha.....6

3 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA PEA IDOSA 10

4 - RENDIMENTOS 14

4.1 - Visão Geral 14
4.2 - Fonte dos Rendimentos.....16
4.3 - A Participação da Renda do Idoso na Renda da Família 19

5 - O IMPACTO DO TRABALHO DO APOSENTADO 19

6 - COMENTÁRIOS FINAIS 21

BIBLIOGRAFIA .....

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação do idoso brasileiro nas atividades econômicas entre 1978 e 1998. A análise proposta diferencia-se das análises tradicionais de mercado de trabalho. A preocupação central não é com a pressão que o idoso possa fazer no mercado de trabalho, mas a de analisar a sua participação como um indicador de sua dependência. Além disso, outro ponto considerado aqui diz respeito à importante contribuição que os idosos aportam à renda familiar. Finalmente, não se pode deixar de salientar que o envelhecimento populacional experimentado pela população brasileira já está afetando a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA).

A participação do idoso no mercado de trabalho sofreu poucas variações no período considerado, não mostrando uma resposta expressiva ao aumento da participação de aposentados. Entre as variáveis consideradas que poderiam influir nessa participação, idade e educação mostraram ter um peso expressivo, apresentando a idade um efeito negativo e a educação, positivo. Acredita-se que essas duas variáveis refletem condições de saúde que, na verdade, devem ser um dos determinantes mais importantes da oferta da força de trabalho idosa.

A participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é alta, considerando os padrões internacionais. Isso está relacionado a uma particularidade muito específica do mercado de trabalho brasileiro, que é a inserção do aposentado. Mais da metade dos idosos do sexo masculino e quase 1/3 dos do sexo feminino que estavam no mercado de trabalho eram aposentados em 1998, tendo essa participação crescido no período considerado. A renda do trabalho dos aposentados tem um peso bastante significativo na sua renda e na de suas famílias.

ABSTRACT

The paper analyses the participation of Brazilian elderly in the labour market from 1977 to 1998. This analysis is different from traditional labour market analysis as the main focus is not with the pressure that elderly can put on the labour market. The objective is to look at their participation as an indicator of dependence. Furthermore, the paper also examines the contribution that Brazilian elderly brings to familial budget. Finally, it calls attention to the fact that the elderly population is already affecting the Brazilian labour force.

Elderly participation in labour force experienced little changes through the studied time period. It did not seem affected by the large increase in retired population. Among the considered variables which can affect that participation, age and education showed a great importance; age in a negative way and education in a positive one. It is believed that both reflect health conditions which seem to be an important determinant of elderly labour force supply.

The participation of Brazilian elderly in labour market is high considering international standards. This is related to the high participation of retired population. About 50% of male elderly and a third of female elderly on the labour market were retired in 1998. This proportion increased over the studied time period. Earnings from work are important in the elderly income and in their families.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação do idoso brasileiro nas atividades econômicas. Essa análise tem um caráter diferente das análises tradicionais de mercado de trabalho. A preocupação central não é com a pressão que o idoso possa fazer nesse mercado, mas a de analisar a sua participação como um indicador de sua dependência. Além disso, outro ponto considerado aqui diz respeito à importante contribuição que os idosos aportam à renda familiar. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998, nesse ano um idoso contribuía, em média, com aproximadamente 53% do rendimento familiar. Embora a maior parte dessa renda seja proveniente dos benefícios previdenciários, a contribuição da renda do trabalho chega a 29% da renda do idoso. Finalmente, não se pode deixar de salientar que o envelhecimento populacional experimentado pela população brasileira já está afetando a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA). Por população idosa se considerou, neste trabalho, a população de 60 anos e mais.[1]

Os dados aqui utilizados são provenientes das PNADs de 1977 a 1998. O trabalho está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. Na Seção 2, descrevem-se as tendências de participação do idoso brasileiro nas atividades econômicas. As características da PEA idosa são apresentadas na Seção 3. Os rendimentos desse segmento populacional são considerados na Seção 4. A Seção 5 analisa a importância do trabalho do aposentado na PEA e na sua renda. Finalmente, na Seção 6 discutem-se os principais resultados.

2 - PARTICIPAÇÃO DO IDOSO BRASILEIRO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

2.1 - Taxas de Atividade

A experiência internacional mostra que entre 1960 e meados da década de 80 a taxa de atividade da população de 55 anos e mais declinou em vários países desenvolvidos. Essa era inversamente associada à urbanização, ao desenvolvimento econômico-industrial, à ampliação da cobertura previdenciária etc. [ver Durand (1975)]. Desde então, essa taxa se estabilizou em alguns desses países e em outros, como Austrália, Estados Unidos e Japão, aumentou no início dos anos 90 [ver Kuroda (1997, p. 8)]. Não se sabe até que ponto esse aumento é resultado do crescimento da esperança de vida, das melhores condições de saúde ou das dificuldades de se obter aposentadoria por parte desse segmento.

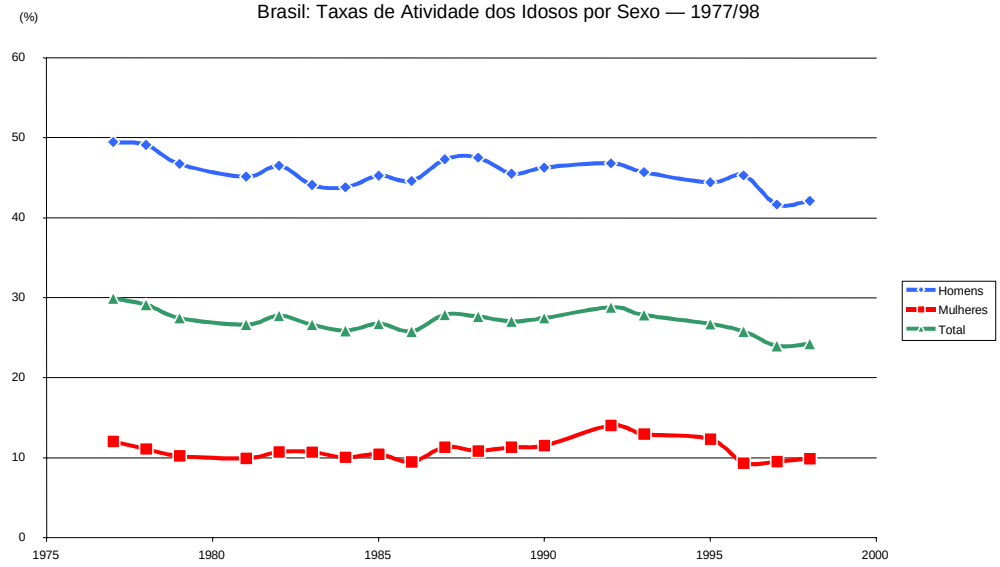
Uma avaliação das tendências temporais de participação da população idosa brasileira no mercado de trabalho é dificultada pelas variações nos conceitos de trabalho entre as várias PNADs e a mudança havida na distribuição etária dentro

[1] Existe uma grande discussão sobre a conceituação de população idosa, ou seja, qual a idade que a partir dela um segmento populacional pode ser considerado idoso [ver Camarano e Medeiros (1999, p. 4-8)]. A escolha de 60 anos como o início do intervalo prende-se ao fato de que é esse o intervalo considerado pela Política Nacional do Idoso.

do grupo idoso. As mudanças conceituais foram mais significativas a partir de 1992 e os efeitos da distribuição etária acentuam-se ao longo do tempo. Para reduzir o impacto dessas mudanças na comparação temporal, foram eliminadas da PEA as pessoas que declararam ter trabalhado para autoconsumo, autoprodução e menos de 15 horas semanais.

O Gráfico 1 mostra as taxas de participação da população idosa brasileira por sexo para os anos compreendidos entre 1977 e 1998. Considerando a população como um todo, a tendência apresentada no período é de decréscimo. Enquanto em 1977 aproximadamente 30% da população idosa brasileira exerciam algum tipo de atividade econômica, em 1998 a proporção comparável foi de 24,2%. A tendência de queda é mais clara entre a população masculina do que entre a feminina. Entre a primeira, a taxa de participação declinou de 50% para aproximadamente 42%. Já entre as mulheres, essa se manteve em torno de 10% com algumas oscilações.

Gráfico 1
Brasil: Taxas de Atividade dos Idosos por Sexo — 1977/98



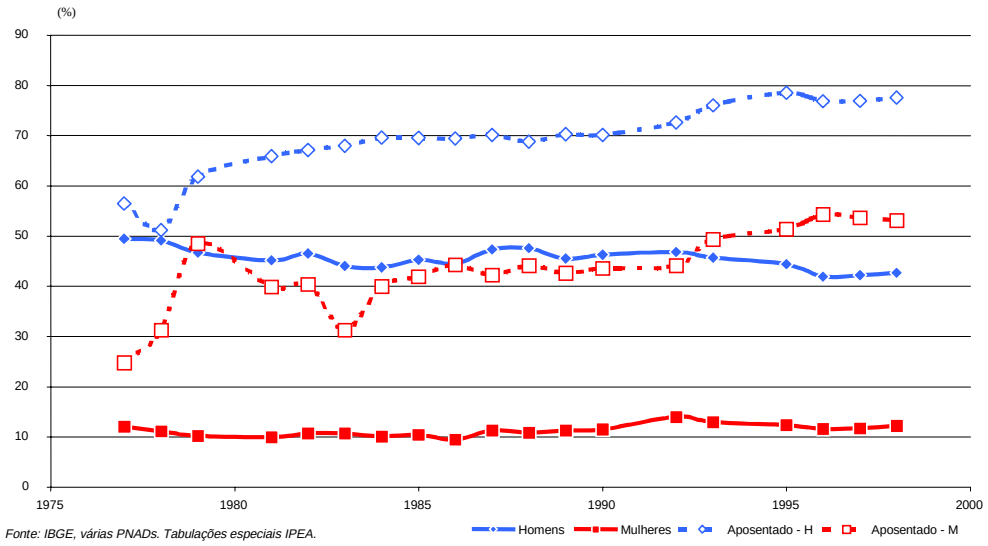
Fonte: IBGE, várias PNADs. Tabulações especiais IPEA.

As variações na taxa de participação feminina idosa são menores do que as verificadas para a correspondente masculina. Embora reconheça-se que a comparação temporal da participação feminina possa estar sendo mais afetada pelas mudanças conceituais do que a masculina, acredita-se que a tendência para o médio prazo seja a de aumento pelo efeito coorte, ou seja, esse possível aumento estaria refletindo a entrada maciça das coortes mais jovens no mercado de trabalho iniciada nos anos 60.

Um outro ponto que se quer salientar aqui é que as variações nas taxas de atividade da população idosa não estão refletindo o grande aumento observado na proporção de idosos aposentados, conforme mostra o Gráfico 2. A proporção de homens idosos aposentados passou de 51,2% em 1978 para 77,6% em 1998 e a

correspondente para mulheres variou de 31,3% a 53,1%. Quer dizer, as taxas de atividade da população idosa brasileira parecem muito pouco sensíveis à aposentadoria ao contrário do ocorre em quase todo o mundo. Em geral, a aposentadoria significa retiro profissional, o que é expresso pelos próprios termos utilizados, *retirement*, *retyraite*, *retiro* etc. [ver Beltrão e Oliveira (1999, p. 308)], e é muitas vezes utilizada como instrumento de regulação do mercado de trabalho. A volta do aposentado ao mercado de trabalho é uma característica muito particular da sociedade brasileira, como veremos na Subseção 2.4.

Gráfico 2
Brasil: Taxas de Atividade dos Idosos e Proporção de Idosos Aposentados por Sexo — 1977/98



Fonte: IBGE, várias PNADs. Tabulações especiais IPEA.

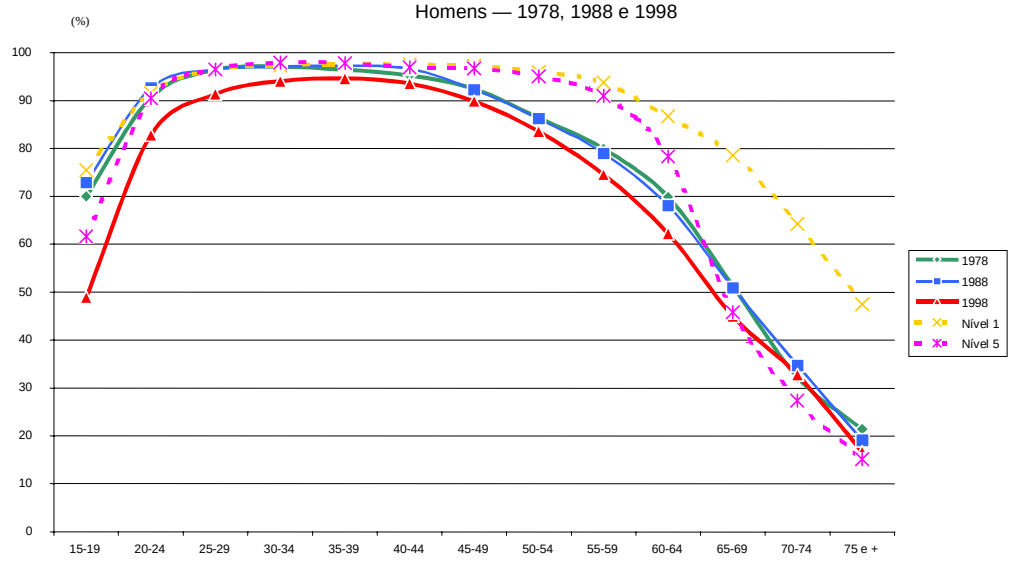
Mais importante do que um aumento no nível de atividade econômica, tem se verificado um aumento na participação da PEA idosa no total da PEA brasileira. Em 1977, 4,5% da PEA brasileira eram compostos por idosos. Essa proporção dobrou no período analisado, tendo atingido 9% em 1998. Se for considerado apenas o efeito das tendências demográficas, ou seja, do envelhecimento populacional, pode-se esperar um crescimento intenso desse contingente, o que pode vir a representar 13% da PEA brasileira no ano 2020 [ver Wajnman, Oliveira e Oliveira (1999)]. Por outro lado, se se considera uma continuação na queda das taxas de atividade masculina e projeta-se um aumento nas taxas de atividade feminina provocadas pelo ingresso das coortes mais jovens no mercado de trabalho no passado recente, estima-se que aproximadamente 11% da PEA brasileira de 2020 serão constituídos de idosos. Ou seja, está-se falando de um contingente populacional relativamente expressivo.

2.2 - A Participação por Idade

Os Gráficos 3 e 4 mostram a evolução das taxas específicas de participação da população brasileira por sexo nas PNADs de 1978, 1988 e 1998 para a população

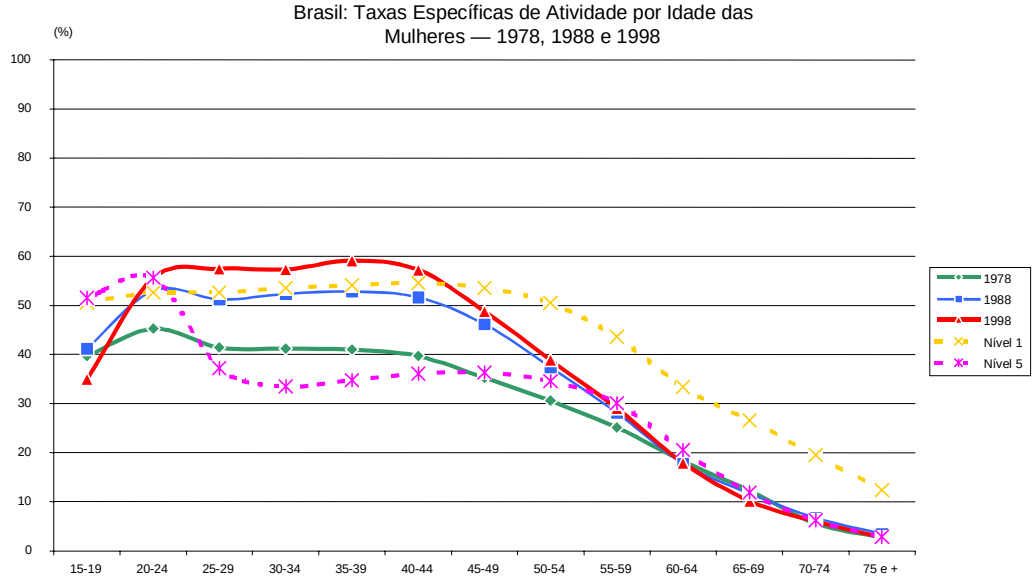
masculina e feminina, respectivamente. Com relação à população masculina idosa, a tendência mostrada pelos dados é de uma queda na participação dos vários grupos considerados no período analisado com exceção do de 70 a 74 anos. Quanto à participação feminina, os dados sugerem uma queda na participação dos grupos de 60 a 70 anos e um ligeiro aumento na dos grupos de 70 a 80 anos.

Gráfico 3
Brasil: Taxas Específicas de Atividade por Idade dos Homens — 1978, 1988 e 1998



Fonte: IBGE, PNADs de 1978, 1988 e 1998. Tabulações especiais IPEA.

Gráfico 4
Brasil: Taxas Específicas de Atividade por Idade das Mulheres — 1978, 1988 e 1998



Fonte: IBGE, PNADs de 1978, 1988 e 1998. Tabulações especiais IPEA.

Pode-se observar nos Gráficos 3 e 4 que as taxas de atividade dos idosos eram mais baixas do que a dos adultos, especialmente entre mulheres. Em 1998, entre os homens de 60 a 75 anos, as taxas de atividade variavam de 62% a 33%, o que mostra a velocidade da queda da participação dos idosos no mercado de trabalho com a idade. As taxas de atividade femininas são bem mais baixas do que as masculinas e são também bastante afetadas pela idade. Em 1998, elas variavam de 18% a 6% entre a população de 60 a 75 anos.

As taxas masculinas e femininas nos Gráficos 3 e 4 estão comparadas a dois conjuntos de taxas de atividade modelo propostas por Durand (nível 1 e 5), que variam segundo o nível de desenvolvimento econômico.[2] Esse modelo baseia-se no pressuposto de que quanto maior a renda nacional e a urbanização, menor é a participação de jovens e idosos na atividade econômica. Foram identificados alguns fatores associados à menor participação dos idosos no mercado de trabalho: maiores gastos públicos em benefícios sociais, menor proporção de população ocupada em atividades agrícolas, grau de urbanização mais elevado, dentre outros [ver Durand (1975, p. 101-122)].

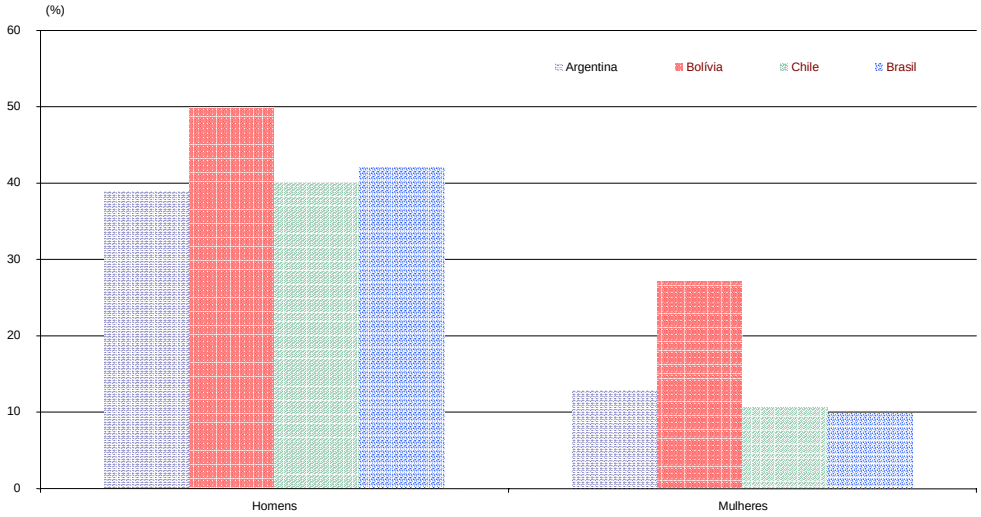
As taxas de atividade da população masculina brasileira no ano de 1998 se situavam sistematicamente mais baixas do que as dos dois modelos de Durand, com exceção da referente à população maior de 70 anos (ver Gráfico 3). Essas taxas apresentavam-se ligeiramente mais altas do que as do modelo 5. O mesmo se verifica quando se comparam as taxas femininas no Gráfico 4.

Outra comparação foi feita com realidades mais semelhantes às nossas e também mais atuais. O Gráfico 5 apresenta as taxas de participação da população brasileira idosa de 1998 por sexo e as da Argentina, Bolívia e Chile referentes ao ano de 1996. Observa-se que as taxas de participação masculina brasileira são relativamente altas se comparadas aos padrões estudados. Elas só foram mais baixas do que as da Bolívia. Já a participação da população feminina idosa brasileira foi a mais baixa em relação aos três países considerados.

Sumariando, a participação da população masculina idosa brasileira no mercado de trabalho mostra-se, em geral, relativamente elevada tendo como parâmetro a experiência de países desenvolvidos. Já a participação feminina é mais baixa do que a experiência internacional usada para comparação. Como já mencionado, uma especificidade importante da participação dos idosos brasileiros no mercado de trabalho é o peso expressivo dos aposentados na sua composição.

[2] O modelo apresenta cinco conjuntos de taxas específicas de atividade para homens e mulheres, respectivamente. Cada conjunto está associado a um nível de desenvolvimento socioeconômico, o nível 1 diz respeito ao mais baixo nível e o 5 ao mais alto nível. Ver Durand (1975, p. 79 e p. 118).

Gráfico 5
Brasil: Taxas de Participação da População Idosa por Sexo
Argentina, Bolívia, Chile — 1996/1998



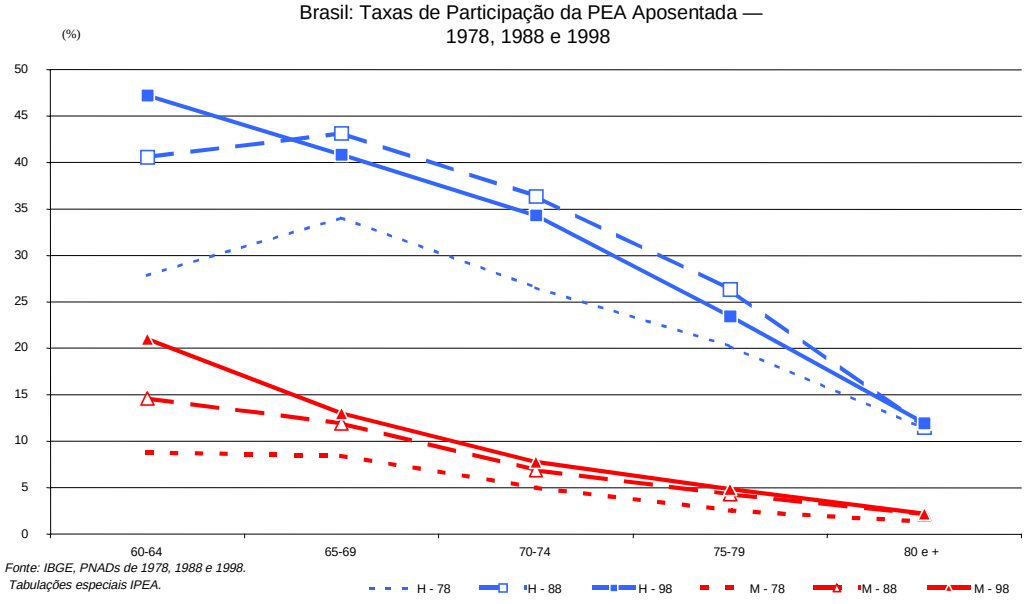
Fontes: ILO Yearbook of Labour Statistics 1996 e *IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais*

2.3 - O Idoso Aposentado que Trabalha

Parte expressiva da PEA idosa de 1998 era composta de pessoas já aposentadas, parcela essa crescente ao longo do tempo. No caso da PEA idosa masculina, 58,6% eram constituídos por aposentados que continuaram trabalhando. A proporção comparável foi de aproximadamente 28% em 1978. No caso das mulheres aposentadas, a proporção de integrantes da PEA, embora menor do que na PEA masculina, quase triplicou entre 1978 e 1998; passou de 16,1% para 40,1%. Medindo esse crescimento em termos de taxas de atividade, observa-se que a referente à PEA masculina aposentada, passou de 26,8% em 1978 para 34,9% em 1998, tendo esse crescimento ocorrido principalmente entre 1978 e 1988. A taxa de participação da população feminina aposentada passou de 5,6% para 11,3% no período considerado tendo sido esse aumento mais bem distribuído no tempo.

A participação da PEA idosa aposentada por idade apresentou um comportamento bastante diferenciado entre os sexos nos anos de 1978 e 1998. Em 1998, os homens idosos aposentados adotaram um padrão etário da participação bastante similar ao feminino com o ponto máximo ocorrendo no grupo de 60 a 64 anos. As taxas de atividade desse grupo foram as que cresceram ao longo dos 20 anos analisados, especialmente entre as mulheres, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6
Brasil: Taxas de Participação da PEA Aposentada — 1978, 1988 e 1998



Fonte: IBGE, PNADs de 1978, 1988 e 1998.
Tabulações especiais IPEA.

O aumento da parcela da PEA constituída por aposentados pode estar refletindo, pelo lado da oferta, maior cobertura do benefício previdenciário e aumento da longevidade conjugado com melhores condições de saúde que permitem que uma pessoa ao atingir os 60 anos possa, com facilidade, exercer uma atividade econômica. Do lado da demanda, a contratação de um idoso representa para o empregador algumas vantagens em termos de menores custos relativamente à contratação de um não-idoso. Por exemplo, o empregador não terá gastos com vales transportes, pois os maiores de 65 anos são isentos de pagamento de transporte público. Outrossim, um idoso tem uma probabilidade maior de aceitar um emprego com menos garantias trabalhistas. A contribuição para a Seguridade Social é um exemplo, quando o idoso é aposentado.

Dentre os aposentados que trabalhavam em 1998, apenas 7,5% dos homens e 6% das mulheres tinham carteira assinada, mas a proporção correspondente para a PEA idosa não-aposentada foi, respectivamente, de 18% e 9,4%. De qualquer maneira, não é grande a proporção de idosos que trabalham com carteira assinada. A grande maioria dos idosos aposentados que trabalhavam estava lotada no setor agrícola — 53,6% dos homens e 42,6% das mulheres, como mostra a Tabela 1. A ocupação principal dos homens foi de produtores agropecuários autônomos, onde se encontram 1/3 desses. Já 58,2% das mulheres idosas aposentadas foram classificadas como “outros trabalhadores na agropecuária” (Tabela 2).

Tabela 1

Brasil: Algumas Características da População Idosa por Condição na Atividade e Sexo — 1988 e 1998

	Distri-buição (%)	Características (Média)			Setores de Atividade (%)			Posição na Ocupação (%)			Rendimentos (%)		
		Idade	Anos de Estudo	Horas Trabalhadas	Agrícola	Indústria	Terciário	Com Carteira	Sem Carteira	Empregador + Conta-própria	Sem Rendimento	Todas as Fontes < 1 SM	Trabalho < 1 SM
1988 — Homens													
PEA Pura	27,5	63,6	2,3	48,5	48,4	15,8	35,8	22,9	19,7	53,4	2,2	19,5	18,2
PEA Aposentada	20,1	68,9	2,8	42,3	48,3	13,3	38,5	9,0	23,3	64,9	1,1	8,0	32,4
PEA Idosa Total	47,6	65,9	2,5	45,9	48,3	14,7	36,9	17,0	21,2	58,2	1,7	38,7	11,5
Aposentado Puro	37,9	71,7	2,3									47,2	
Pensionista Puro	0,4	69,4	1,7									44,6	
Outros	14,2	69,7	3,5								13,7	28,2	
Total	100,0	68,6	2,6	45,9	48,3	14,7	36,9	17,0	21,2	58,2	2,8	29,0	11,5
1988 — Mulheres													
PEA Pura	7,7	64,6	2,2	33,7	24,2	6,1	69,7	10,7	18,3	54,2	12,6	53,2	49,5
PEA Aposentada	3,1	67,7	2,0	33,3	29,2	7,7	63,1	6,5	22,6	64,0	1,0	19,3	55,5
PEA Idosa Total	10,9	65,5	2,1	33,6	25,6	6,6	67,8	9,5	19,6	57,1	9,2	67,0	5,6
Aposentado Puro	34,9	72,2	1,6									71,1	
Pensionista Puro	13,4	71,0	2,1									36,7	
Outros	40,9	67,2	2,6								70,0	78,3	
Total	100,0	69,3	2,1	33,6	25,6	6,6	67,8	9,5	19,6	57,1	29,6	66,4	5,6
1998 — Homens													
PEA Pura	17,7	63,7	3,3	46,9	35,6	18,2	46,1	18,8	19,1	56,4	6,6	22,2	16,6
PEA Aposentada	25,0	67,9	3,4	42,0	53,6	10,1	36,4	7,7	16,3	73,0	0,0	0,3	24,9
PEA Idosa Total	42,7	66,2	3,4	44,0	50,7	12,9	36,4	12,3	17,5	66,2	2,7	9,4	9,1
Aposentado Puro	46,5	71,7	3,0									1,0	
Pensionista Puro	0,4	68,0	2,0									5,1	
Outros	10,4	70,0	4,1								31,1	33,9	
Total	100,0	69,1	3,3	44,0	50,7	12,9	36,4	12,3	17,5	66,2	4,4	8,0	9,1

(continua)

(continuação)

	Distri-buição (%)	Características (Média)			Setores de Atividade (%)			Posição na Ocupação (%)			Rendimentos (%)		
		Idade	Anos de Estudo	Horas Trabalhadas	Agrícola	Indústria	Terciário	Com Carteira	Sem Carteira	Empregador + Conta-própria	Sem Rendimento	Todas as Fontes < 1 SM	Trabalho < 1 SM
1998 — Mulheres													
PEA Pura	7,3	64,9	3,7	32,9	20,3	5,7	74,0	9,7	22,0	47,8	10,5	26,8	30,1
PEA Aposentada	4,9	66,1	3,2	32,2	42,6	5,4	52,0	6,1	15,7	45,8	0,0	0,4	30,1
PEA Idosa Total	12,2	65,4	3,5	32,6	29,3	5,6	65,1	8,3	19,5	47,0	6,3	16,2	3,7
Aposentado Puro	38,5	71,4	2,3									1,7	
Pensionista Puro	17,5	71,8	2,4									2,2	
Outros	31,8	68,6	3,4								57,7	60,1	
Total	100,0	69,8	2,8	32,6	29,3	5,6	65,1	8,3	19,5	47,0	19,1	22,1	3,7

Fonte: IBGE, PNAD de 1988 e 1998. Tabulações especiais IPEA.
Nota: Os dados de rendimento em 1988 foram deflacionados para serem comparáveis.

Tabela 2
Brasil: Principais Ocupações dos Idosos Aposentados por Sexo — 1998
(Em %)

Ocupação	
Homens	
Produtores Agropecuários Autônomos	33,1
Outros Trabalhadores na Agropecuária	19,1
Comerciantes por Conta Própria	4,9
Agricultores	2,4
Criadores de Gado Bovino	2,4
Pedreiros	2,2
Comerciantes	2,1
Total	66,1
Mulheres	
Outros Trabalhadores na Agropecuária	58,2
Produtores Agropecuários Autônomos	6,9
Empregadas Domésticas	5,9
Alfaiates Costureiras	4,3
Comerciantes por Conta Própria	3,3
Outras Ocupações no Comércio Ambulante	1,5
Apanhador, Quebrador e Descascador de Produtos Vegetais	1,5
Total	81,6

Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

Excluindo as ocupações do setor agrícola, a principal ocupação do homem idoso aposentado foi o comércio por conta própria, que absorveu aproximadamente 5% do total de idosos aposentados que trabalhavam. Das mulheres aposentadas que trabalhavam, aproximadamente 6% estavam engajadas no serviço doméstico, que foi a ocupação mais importante dessas mulheres, excluídas as atividades agrícolas. Sumariando, é no setor agrícola onde se encontra grande parte do idoso aposentado seguido do comércio e serviços domésticos, mas esses últimos absorvendo parcela reduzida da população idosa ocupada.

3 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA PEA IDOSA

Nesta seção serão introduzidos dois conceitos: PEA pura e PEA aposentada. A PEA pura é composta pelos idosos não-aposentados que trabalham e a PEA aposentada, como o próprio nome já diz, é composta pelos idosos que trabalham e são aposentados. A PEA idosa é a soma das duas. A Tabela 1 apresenta algumas características da PEA idosa por sexo e condição previdenciária em 1998, bem como da não-PEA idosa. Procura-se, entre os diferenciais dos segmentos considerados, inferir alguns dos motivos que levam as pessoas idosas, e em especial as aposentadas, a trabalharem. Como esperado, a PEA masculina aposentada era mais velha do que a PEA pura; em média, 4,2 anos. Por sua vez, os aposentados não-integrantes da PEA eram também, em média, 2,8 anos mais velhos que os da PEA aposentada. Isso confirma o que já foi visto sobre a idade como um dos determinantes importantes da participação do idoso no mercado de trabalho.

Os homens integrantes da PEA possuíam um nível de escolaridade mais elevado que os classificados como não-PEA independentemente do fato de serem aposentados ou não. Uma exceção ocorre quando se compara a categoria “outros”, que se apresentou com o nível de escolaridade mais elevado. Educação também parece ser importante para explicar a participação da população idosa.

Em termos de horas trabalhadas, a Tabela 1 mostra que os aposentados trabalharam menos que os não-aposentados, o que provavelmente se explica pelo fato de que mais da metade dos aposentados que trabalhavam o fazia nas atividades agropecuárias. Entre a PEA masculina não-aposentada, a maior proporção (46,1%) estava lotada no setor terciário. Nas atividades agrícolas, encontrava-se, aproximadamente, 1/3 da PEA masculina não-aposentada.

A posição na ocupação predominante nos dois casos foi a de empregador e/ou conta-própria, chegando a 70,9% entre os aposentados e a 54,1% entre os não-aposentados. Os trabalhadores com carteira assinada constituíam 18% da PEA idosa não-aposentada. Nesse subgrupo, 6,6% não tinham nenhum rendimento e 22,2% recebiam menos de um salário mínimo mensal. Dentro do grupo aposentados, a proporção dos que tinham rendimento total de menos de um salário mínimo não ultrapassou 1%, mas entre os não-aposentados a proporção correspondente foi de 22,2%. Ou seja, os primeiros, por terem duas fontes de renda, estavam em melhores condições que os não-aposentados.

A Tabela 1 compara os mesmos indicadores mencionados acima para 1998 com os de 1988. A primeira coisa que chama a atenção é a mudança na composição das várias categorias consideradas. Nos 20 anos considerados, a proporção dos idosos classificados como PEA pura passou de 27,5% para 17,7%. A participação da PEA aposentada cresceu de 20,1% para 25% e a de aposentados puros também aumentou. Observou-se também um aumento da escolaridade média da população idosa em todas as categorias, o que é um efeito coorte, ou seja, reflete o aumento da escolaridade ocorrido no passado. O número médio de horas trabalhadas diminuiu ao longo do período considerado nas duas categorias de PEA. Embora mais baixo, o número médio de horas trabalhadas em 1998 pelas duas categorias estava em torno de 40 horas semanais, o que é indicador de uma jornada completa de trabalho no Brasil.

No período considerado, constatou-se que enquanto o setor agrícola perdeu importância enquanto absorvedor da PEA pura, ele ganhou importância na absorção da PEA aposentada. Para a PEA pura, observou-se um aumento da participação do setor terciário, o que ocorreu com o restante da PEA brasileira. Uma mudança expressiva, também observada no período, foi a melhora na remuneração da população idosa, especialmente da aposentada. Essa melhora pode ser visualizada pela redução da proporção da população que ganha menos de um salário mínimo mensal. Entre a PEA pura masculina, passou de 35,6% para 22,2% e entre a PEA aposentada de 29,2% para menos de 1%. Entre os aposentados puros, a redução foi de 69,5% para aproximadamente 1%. Essa melhora está fortemente associada ao piso estipulado para os benefícios da Seguridade Social pela Constituição de 1988, que é de um salário mínimo mensal.

Em linhas gerais, o comportamento das mulheres idosas no que tange às variáveis consideradas anteriormente não difere muito do dos homens, como mostra a Tabela 1. As que apenas trabalham são mais novas do que as que são aposentadas e trabalham em 1998, que por sua vez são mais novas do que as apenas aposentadas. Em média, as mulheres na PEA pura eram mais velhas do que os homens, o que pode ser explicado pela maior longevidade dessas. Já entre as aposentadas essa relação se inverte, talvez devido ao efeito coorte. A baixa participação das mulheres no mercado de trabalho no passado levou a uma reduzida proporção de mulheres aposentadas, especialmente entre as mais velhas. As mulheres aposentadas são, em média, mais novas do que os homens, tendo esse diferencial aumentado ao longo do tempo.

As mulheres eram menos educadas que os homens, mas esse diferencial tem se reduzido ao longo do tempo, como vem acontecendo com o restante da população. Em 1998, foi a PEA pura feminina que apresentou a mais alta escolaridade entre todos os grupos comparados, mais alta, inclusive, que a masculina. Isso pode estar refletindo uma seletividade com relação à participação das mulheres no mercado de trabalho no passado. Em termos de horas, as mulheres trabalhavam bem menos que os homens. Se se comparam as aposentadas com as não-aposentadas, as diferenças na média de horas trabalhadas não são muito expressivas, ao contrário do que acontece entre a PEA masculina.

O que diferencia as mulheres nas duas categorias (aposentadas e não-aposentadas) é o setor de atividade. Aproximadamente 3/4 das mulheres não-aposentadas estavam lotados em atividades do setor terciário. Entre as aposentadas, esse percentual cai para menos da metade e a proporção das que trabalham na agricultura passa de 20,3% para 42,6%. Nas duas categorias de PEA consideradas observa-se, como no caso da PEA masculina entre os 10 anos, uma perda de participação do setor agrícola em favor do setor terciário.

Quase metade da PEA idosa feminina estava classificada como conta-própria/empregador, independentemente de ser aposentada ou não. A proporção correspondente para os homens foi bem mais elevada do que para as mulheres, especialmente no tocante à PEA aposentada. Aproximadamente 10% da PEA pura feminina tinham carteira assinada e outros 10% não tinham nenhum rendimento. A proporção de mulheres aposentadas com carteira assinada não ultrapassou os 6%.

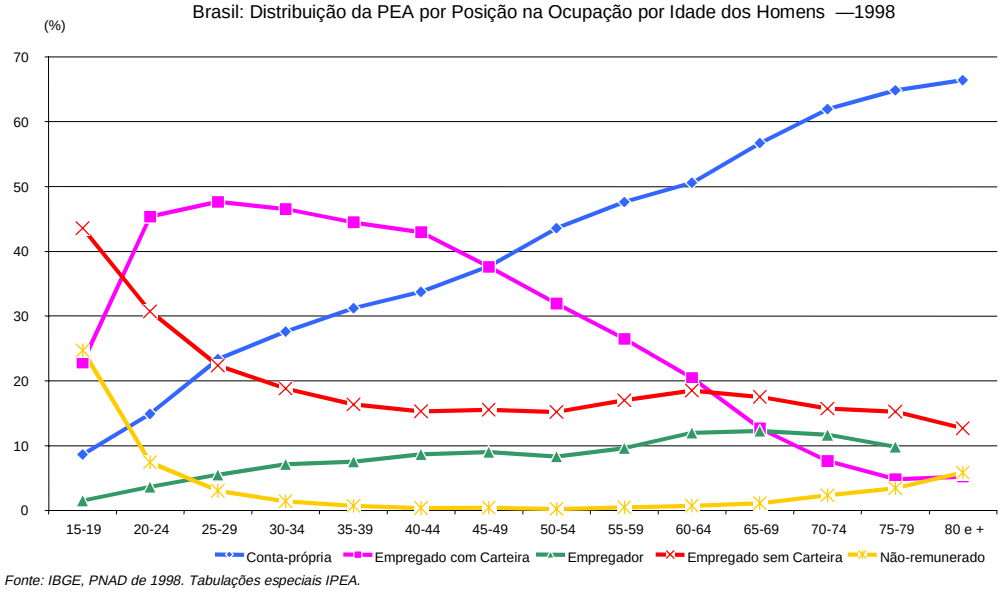
Em relação a 1988, também observou-se um aumento da proporção de aposentadas e pensionistas no total da população idosa feminina em detrimento da PEA pura e da categoria outros. Ao aumento da proporção de aposentados correspondeu uma redução da idade média da PEA aposentada e das aposentadas puras. A escolaridade média dessas mulheres duplicou no período considerado, levando a que, como já mencionado, a escolaridade média da PEA pura feminina fosse maior do que a da masculina, refletindo um efeito coorte, ou seja, um aumento mais acentuado da escolaridade das mulheres mais jovens no passado recente. No entanto, essa categoria representa apenas 5% do segmento populacional idoso.

O setor agrícola deixou de absorver uma parcela expressiva da PEA feminina em detrimento do setor terciário. Entre a PEA pura, diminuiu a proporção de mulheres com carteira assinada mas, entre a PEA aposentada, essa proporção aumentou. Os ganhos na remuneração da população idosa feminina foram bem mais expressivos do que entre a população masculina. A grande mudança ocorreu a partir de 1988. É bem possível que a implementação dos benefícios de assistência social (benefícios de prestação continuada) e a expansão da previdência rural tenham desempenhado um papel importante nessa melhoria da renda dos idosos.

O Gráfico 7 apresenta a distribuição percentual da PEA brasileira masculina por idade segundo algumas categorias de posição na ocupação. Admitindo que essa população representa uma coorte sintética pode-se afirmar que a categoria posição na ocupação é uma função da idade. A variável idade é associada aos retornos à experiência adquirida no decorrer de suas atividades econômicas. Por exemplo, os jovens quando entram no mercado de trabalho, admitindo que isso se dá no grupo 15 a 19 anos, são, em sua maioria, empregados sem carteira. Uma parcela não-desprezível é constituída de não-remunerados. A partir dessa idade, a proporção de empregados com carteira passa a crescer bem como a dos empregadores e conta-própria em detrimento dos sem carteira e sem rendimentos. Os empregados com carteira são os predominantes entre a população de 20 a 50 anos. A partir daí passam a ser importantes, de forma crescente, os conta-própria. A proporção de empregadores e empregados sem carteira também cresce ligeiramente a partir dessa idade. A partir dos 60 anos, os não-remunerados voltam a crescer.

Gráfico 7

Brasil: Distribuição da PEA por Posição na Ocupação por Idade dos Homens —1998

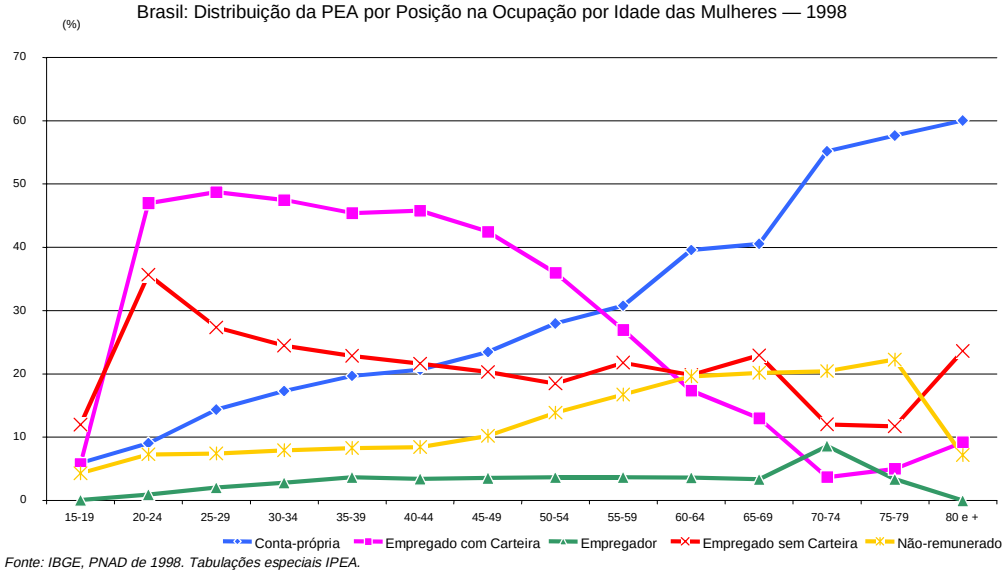


Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

O Gráfico 8 apresenta o padrão de ocupação da PEA feminina por idade em 1998, que guarda grandes semelhanças com o masculino. As diferenças estão nas proporções mais elevadas de sem-remuneração e mais baixa de empregadores. Sumariando, parece que se pode dizer que há um padrão na inserção do mercado de trabalho determinado pela idade. A atividade conta-própria seguida por empregados com carteira e empregadores constituem a ocupação típica dos idosos até porque, em grande parte, são aposentados.

Gráfico 8

Brasil: Distribuição da PEA por Posição na Ocupação por Idade das Mulheres — 1998



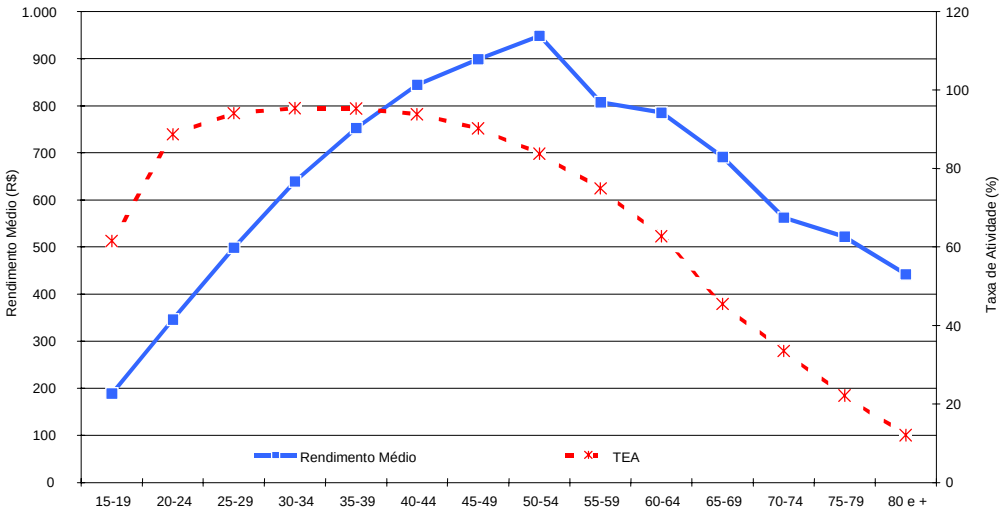
Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

4 - RENDIMENTOS

4.1 - Visão Geral

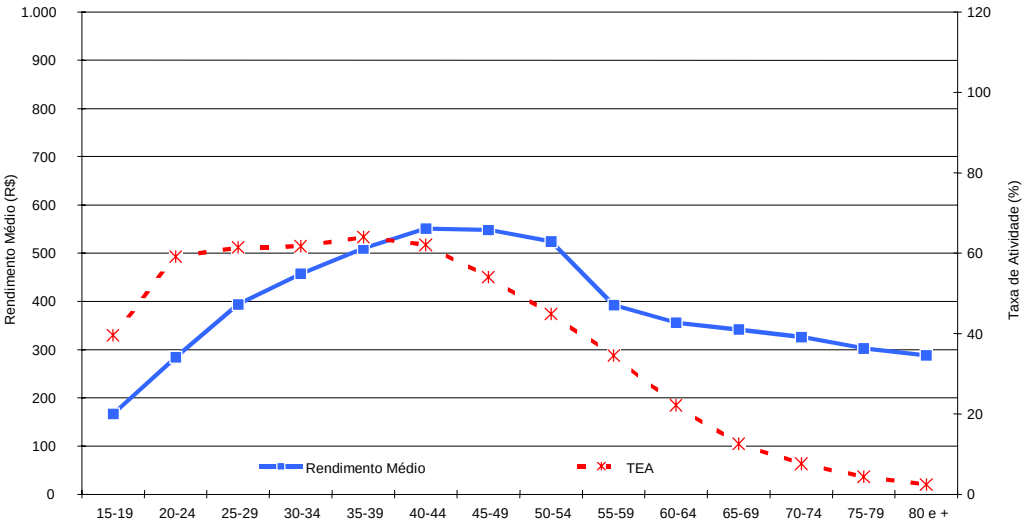
Os Gráficos 9 e 10 apresentam o rendimento médio de todas as fontes da população brasileira por grupos de idade para homens e mulheres, respectivamente, em 1998. Conforme esperado, os rendimentos médios da população masculina crescem com a idade até os 55 anos e decrescem a partir daí. Embora nas faixas etárias decrescentes, os rendimentos da população masculina idosa situaram-se num patamar mais elevado que o da população jovem. O mais baixo rendimento percebido pela população masculina idosa foi pelo grupo que tinha mais de 80 anos e era maior do que o percebido pela população menor de 30 anos. Já o grupo de 60 a 64 anos tinha uma renda mais elevada que a da população menor de 40 anos.

Gráfico 9
Brasil: Rendimento Médio de Todas as Fontes e Taxa Específica de Atividade dos Homens por Idade — 1998



Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

Gráfico 10
Rendimento Médio de todas as Fontes e Taxa Específica de Atividade das Mulheres por Idade — 1998



Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

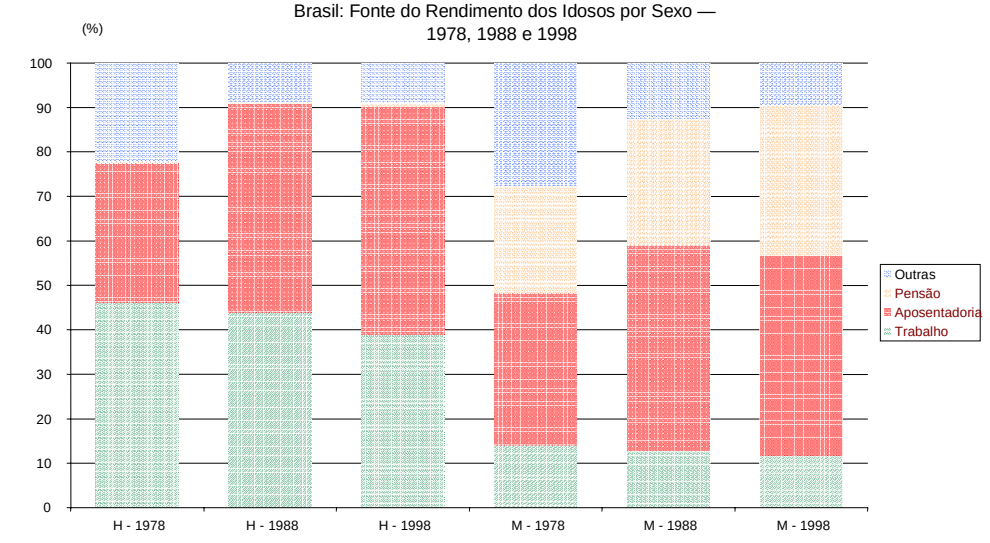
O comportamento da curva de rendimentos da população feminina difere do da masculina, como mostra o Gráfico 9. Em primeiro lugar, os rendimentos absolutos eram bem mais baixos. Em segundo, não são tão sensíveis à idade; crescem ligeiramente com ela até o grupo 40 a 44 anos. A partir deste grupo de idade, os rendimentos médios recebidos declinam ligeiramente e praticamente se

estabilizam a partir dos 55 anos, onde os diferenciais em relação à população masculina eram os mais elevados. Entre as mulheres, os rendimentos da população idosa são maiores do que os da população menor de 35 anos. Já foi visto na Tabela 1 que, com relação a 1988, os dados de 1998 apontam melhoras expressivas no nível de renda da população idosa, em quaisquer das categorias analisadas, se medida pela proporção de idosos que recebiam menos de um salário mínimo.

4.2 - Fonte dos Rendimentos

O Gráfico 11 mostra que a maior parte da renda dos idosos provém das aposentadorias e pensões e essa importância tem crescido ao longo do tempo tanto para homens quanto para mulheres. Isso pode estar refletindo um efeito composição, ou seja, o maior peso de grupos mais velhos dentro do segmento idoso e uma cobertura maior do sistema previdenciário. As pensões são mais importantes entre as mulheres. Embora a contribuição da renda do trabalho na renda do idoso esteja diminuindo no tempo, ela constituía aproximadamente 40% da renda dos homens idosos em 1998. Para as mulheres, essa contribuição não alcançou os 15%.

Gráfico 11
Brasil: Fonte do Rendimento dos Idosos por Sexo — 1978, 1988 e 1998



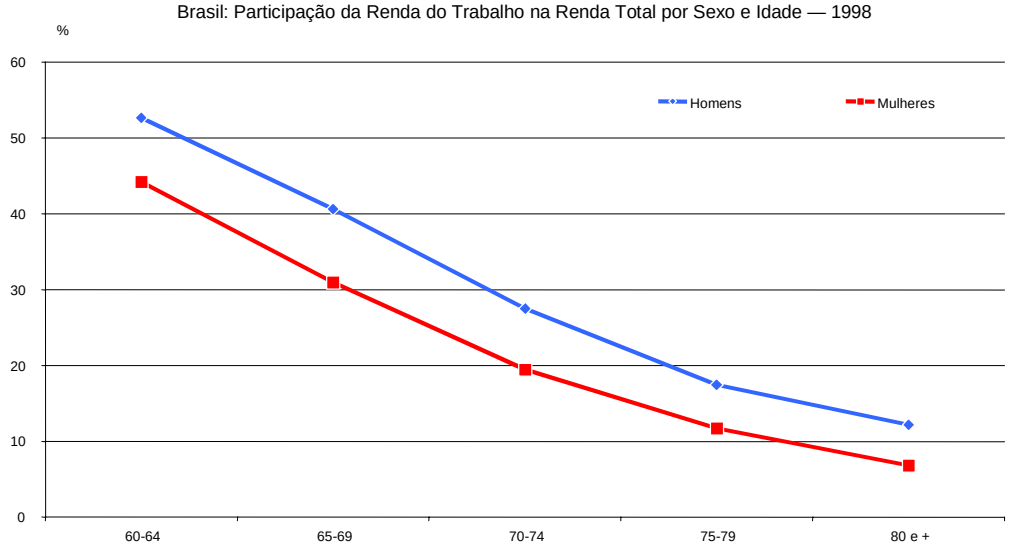
Fonte: IBGE, PNADs de 1978, 1988 e 1998. Tabulações especiais IPEA.

A importância dos rendimentos do trabalho é também função decrescente da idade (ver Gráfico 12). Por exemplo, em 1998, o trabalho contribuía com 53% da renda dos homens que tinham de 60 a 64 anos e com 12% nos rendimentos da população maior de 80 anos. A participação da renda do trabalho na renda das mulheres não só é menor do que a correspondente na renda dos homens como também é mais

afetada pela idade. Por exemplo, entre as mulheres de 60 a 64 anos, a contribuição da renda do trabalho foi de 44% e entre as de 65 a 69 anos caiu para 31%, chegando a 7% entre as de 80 anos e mais.

A queda da importância da renda do trabalho foi compensada, principalmente, pelo aumento da contribuição da renda da aposentadoria. A importância de outras rendas também cresceu com a idade mas não ultrapassou 20% entre os maiores de 80 anos, enquanto para esse mesmo grupo etário a contribuição da aposentadoria foi de 68%.[3] Já foi visto que o peso da aposentadoria na renda das mulheres é menor do que entre os homens. Mas se se adicionar as pensões que são mais expressivas entre elas, a importância desse conjunto fica superior à do correspondente masculino. Esses dois benefícios foram responsáveis por 48% da renda das mulheres de 60 a 64 anos e por 76% da renda daquelas que tinham mais de 80 anos.[4]

Gráfico 12
Brasil: Participação da Renda do Trabalho na Renda Total por Sexo e Idade — 1998



Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

O benefício previdenciário é um componente bastante representativo da renda total, mesmo para os domicílios situados nas faixas superiores de rendimentos, ao contrário da contribuição advinda dos rendimentos do trabalho, que somente passam a ser significativos para as famílias com rendimentos domiciliares acima de três salários mínimos[5] (ver Tabela 3).

Dentre as várias situações em que se coloca o idoso do sexo masculino, aquela que aufere o maior rendimento é composta pelo idoso aposentado que trabalha, como mostra a Tabela 4. Ignorando os diferenciais por idade, condições de saúde,

[3] Dados não mostrados.
[4] Dados não mostrados.
[5] Para maiores detalhes, veja Camarano *et alii*, 1999, p. 59.

dentre outros, em 1998 o aposentado do sexo masculino que trabalhava tinha o seu rendimento médio aproximadamente R$ 336,65 mais elevado que o do indivíduo que apenas trabalhava. Em média, não se observaram diferenças expressivas na escolaridade desses dois grupos, como mostrou a Tabela 1. Já se o aposentado não trabalhava o seu rendimento médio diminuía em quase R$ 204 em relação ao trabalhador puro. Esses dados sugerem claramente que o trabalho do idoso contribui expressivamente para a sua renda.

Tabela 3

Brasil: Algumas Características dos Idosos em Famílias com Rendimento Familiar Menor do que Três Salários Mínimos — 1998

	Homens	Mulheres	Total
Proporção de Idosos (%)	41,97	44,56	43,41
Escolaridade Média			
Anos de Estudo	1,47	1,41	1,44
Setor de Atividade			
Agricultura	70,90	71,00	71,00
Indústria	8,40	2,10	6,10
Terciário	20,70	26,80	23,00
Posição na Ocupação			
Com Carteira	8,70	5,60	7,90
Sem Carteira	22,20	21,50	22,00
Empregador + Conta-própria	67,30	50,60	62,70
Não-remunerados	1,70	22,20	7,30

Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

Tabela 4

Brasil: Rendimento Médio de Todas as Fontes dos Idosos por Categorias — 1998

(Em %)

	Homens	Mulheres	Total
PEA Pura	625,70	426,38	557,75
Aposentado Puro	421,37	204,10	311,02
PEA Aposentada	962,05	424,78	856,36
Pensionista Puro	258,86	305,13	304,32
Outros	710,74	259,19	352,78
Total	622,08	266,45	424,61

Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

Já entre as mulheres, o segmento que percebia a remuneração mais elevada era o formado pela PEA pura, que foi também o grupo que apresentou a mais alta escolaridade. Na verdade, esse rendimento não difere muito do percebido pelas mulheres aposentadas que trabalham. O mais baixo rendimento foi observado entre as mulheres apenas aposentadas, que coincide com o segmento com a educação mais baixa. O nível da remuneração das mulheres se apresenta sempre bem mais baixo que o masculino em todas as categorias com exceção das pensionistas.

4.3 - A Participação da Renda do Idoso na Renda da Família

Os idosos eram responsáveis por uma contribuição importante na renda das famílias as quais pertenciam e seu rendimento era responsável por quase 53% da renda das famílias que tinham idosos em 1998, como mostra a Tabela 5. Observa-se que a contribuição do idoso é diferencial por sexo. As mulheres contribuíam menos, mas mesmo assim ainda contribuíam com aproximadamente 44% da renda familiar. Outra variável importante na determinação dessa contribuição é o fato de o idoso ser chefe ou não. Em 1998, se o idoso fosse chefe, a contribuição da sua renda na renda familiar subia para 68% e se não o fosse declinaria para 36%. Se a mulher fosse chefe, essa contribuição ainda seria maior do que a masculina.

Tabela 5
Brasil: Proporção da Renda Familiar que Depende do Idoso por Condição de Chefia e Sexo — 1998

(Em %)

Condição na Chefia	Homens	Mulheres	Total
Chefes Idosos	66,2	69,9	67,6
Idosos Não-chefes	35,5	24,1	25,4
Total	63,5	43,7	52,5

Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

Tabela 6
Brasil: Proporção da Renda Familiar que Depende do Rendimento do Trabalho do Idoso por Condição de Chefia e Sexo — 1998

(Em %)

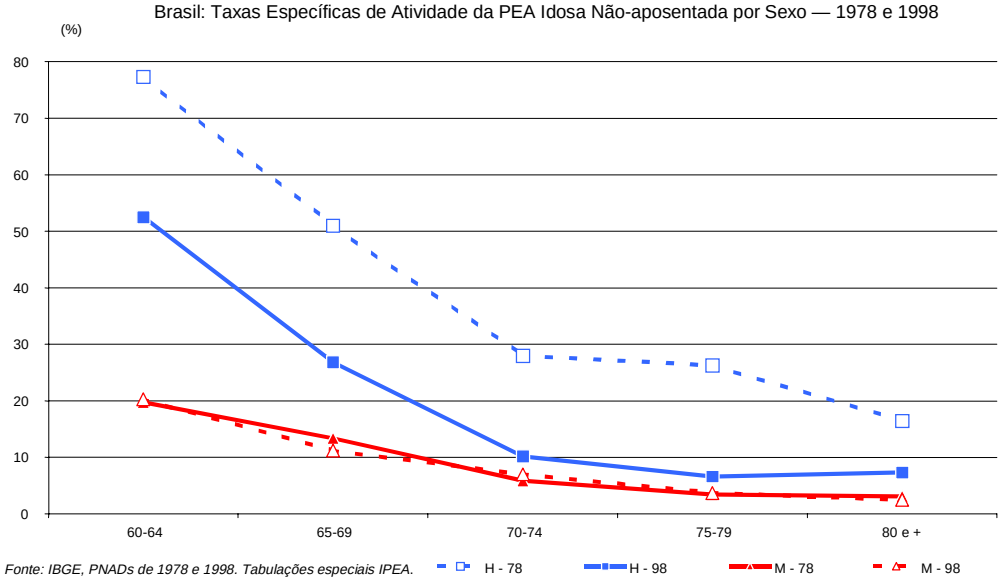
Condição na Chefia	Homens	Mulheres	Total
Chefes Idosos	20,6	5,1	14,9
Idosos Não-chefes	7,8	1,9	2,5
Total	19,5	3,3	10,5

Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

5 - O IMPACTO DO TRABALHO DO APOSENTADO

Nesta seção, tenta-se medir o impacto do trabalho do aposentado tanto na PEA quanto na renda do indivíduo. Retirando da população idosa os aposentados, taxas de atividade foram calculadas para a PEA pura. O Gráfico 13 apresenta as taxas específicas de participação para 1978 e 1998 por sexo. No caso da população masculina, a exclusão da PEA aposentada levaria a uma redução das taxas de participação em todas as idades, porém mais acentuada nas idades inferiores. Em média, esse decréscimo teria sido de aproximadamente 50% no período considerado. Isso deixa claro o efeito da aposentadoria na redução da oferta da força de trabalho idosa. No caso da PEA feminina, também teria sido observado um decréscimo nessa participação, mas bem menor do que o masculino, em torno de 22%, e não incluiria as mulheres na faixa etária de 65 a 80 anos. Isso deve ser resultado do fato de existirem poucas mulheres aposentadas nessa faixa etária.

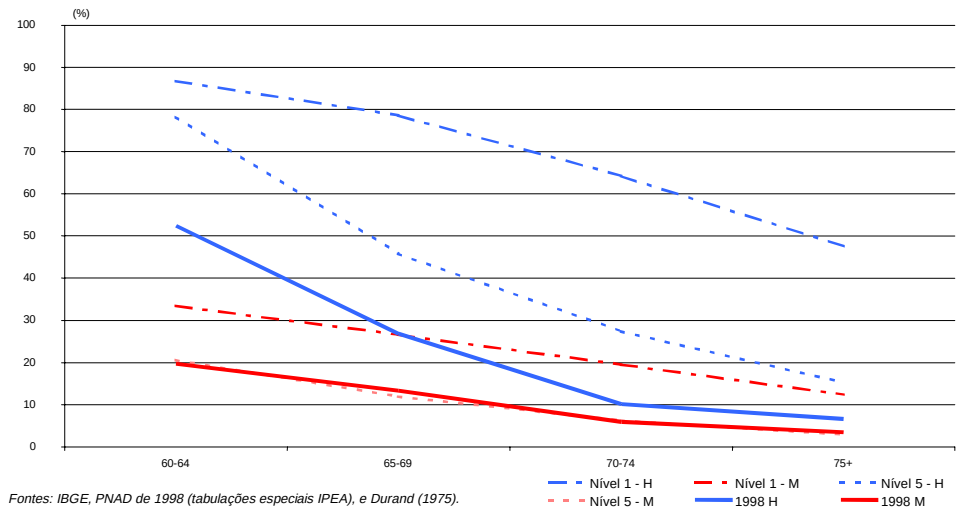
Gráfico 13
Brasil: Taxas Específicas de Atividade da PEA Idosa Não-aposentada por Sexo — 1978 e 1998



Fonte: IBGE, PNADs de 1978 e 1998. Tabulações especiais IPEA.

A comparação das taxas de atividade da PEA idosa pura com as apresentadas pelo modelo Durand no Gráfico 14 mostra taxas de atividade bem mais baixas para a população idosa brasileira em relação aos parâmetros internacionais utilizados. Em relação às taxas dos três países latino-americanos, as brasileiras também seriam bem mais baixas. Ou seja, é a participação do aposentado no mercado de trabalho que leva a que as taxas de participação da população masculina idosa brasileira sejam relativamente elevadas. As femininas são relativamente baixas.

Gráfico 14
Brasil: Taxas Específicas de Atividade da PEA Idosa Não-aposentada e Modelos — 1998



Fontes: IBGE, PNAD de 1998 (tabulações especiais IPEA), e Durand (1975).

O trabalho do aposentado tem um impacto muito importante na sua renda. Calculou-se o rendimento médio dos aposentados que trabalham em 1998, excluindo a renda do trabalho. Nesse caso, a renda desse indivíduo, se fosse do sexo masculino, sofreria uma redução de 57%, ou seja, seria menos da metade. Entre as mulheres a redução seria ligeiramente menor, em torno de 46%, mas também muito expressiva (ver Tabela 7).

Tabela 7

Brasil: Rendimento Médio de todas as Fontes Fazendo o Rendimento do Trabalho Igual a Zero dos Idosos por Categorias — 1998

(Em %)

	Homens	Mulheres	Total
PEA Pura	625,70	426,38	557,72
Aposentado Puro	421,37	204,10	311,02
PEA Aposentada	415,65	230,03	379,14
Pensionista Puro	258,86	305,13	304,32
Outros	710,74	259,19	352,78
Total	384,71	236,13	302,21

Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

6 - COMENTÁRIOS FINAIS

Do que foi observado, pode-se dizer que a participação do idoso no mercado de trabalho é importante não só em termos de seu impacto na PEA, mas também na sua renda. Dentro do período considerado, esta sofreu poucas variações, não mostrando uma resposta expressiva ao aumento da participação de aposentados. Entre as variáveis consideradas que poderiam influir nessa participação, idade e educação mostraram ter um peso importante, apresentando a idade um efeito negativo e a educação, positivo. Acredita-se que essas duas variáveis refletem condições de saúde, o que, na verdade, deve ser um dos determinantes mais importante da oferta de força de trabalho do idoso.

A participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é alta, considerando os padrões internacionais. Isso está relacionado a uma particularidade muito específica do mercado de trabalho brasileiro: a volta do aposentado ou a sua não-saída do mercado de trabalho. Mais da metade dos idosos do sexo masculino e quase 1/3 dos do sexo feminino que estavam no mercado de trabalho eram aposentados em 1998, tendo essa participação crescido no período considerado. Em sua maioria estavam lotados na agricultura com uma jornada de trabalho não muito diferente da dos idosos não-aposentados. Em que pese a idade média dos trabalhadores masculinos aposentados ser mais elevada que a dos não-aposentados, a aposentadoria precoce (por tempo de serviço) deve ser um dos determinantes importantes dessa participação. O aumento da esperança de vida da população como resultado de melhorias de suas condições de vida não deve ser um fator desprezado.

Apresentar uma conclusão sobre a participação do aposentado no mercado de trabalho é um assunto complexo, pois se esse realmente compete com o jovem no mercado de trabalho, muitas vezes em melhores condições, a renda do trabalho dos aposentados tem um peso bastante significativo na sua renda e na de suas famílias. Foi observado que nas famílias onde os idosos contribuem mais é maior a contribuição da renda do trabalho. Uma pergunta que fica é: em que medida a nova política previdenciária, que teve como um dos resultados a redução do benefício e o adiamento da idade ao aposentar, influirá na participação do idoso no mercado de trabalho?

BIBLIOGRAFIA

BELTRÃO, K., OLIVEIRA, F. O idoso e a previdência rural. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro, IPEA, p. 307-318, 1999.

CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. I., PASCOM, A. R. P., MEDEIROS, M., GOLDANI, A. M. Como vive o idoso brasileiro. In: CAMARANO, A.. A. (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 19-74, 1999.

CAMARANO, A. A., EL GHAOURI, S. K. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 281-306, 1999.

CAMARANO, A. A., MEDEIROS, M. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-18, 1999.

DURAND, J. D. *The labor force in economic development: a comparison of international census data, 1946-1966*. Princeton University Press, 1975.

KURODA, T. *Age structure and aging policy: Japan's case*. Japan: Nishon University, July 1997 (Trabalho apresentado na XXIII Conferência Internacional de População, China, out. de 1997).

WAJNMAN, S., OLIVEIRA, A. M. H. C., OLIVEIRA, E. L. A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 181-200, 1999.